manchete

Público

04-04-2019

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 31885

Temática: Justica
Dimensão: 680 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 18

NUNO FERREIRA SANTOS

Magistrados podem vir a ganhar mais do que o primeiro-ministro

Juízes poderão ver salários aumentados no máximo em 500 euros brutos por mês

Justiça

Mariana Oliveira

Se proposta do PS avançar, juízes do Supremo vão ficar a ganhar 6630 euros brutos. Medida deve ser aprovada com votos do PS, PCP e CDS

Se o fim do tecto máximo que impede os juízes de ganharem mais do que o primeiro-ministro for aprovado pelo Parlamento, os magistrados vão ver os seus salários aumentados num máximo de cerca de 500 euros brutos por mês. Os juízes que mais beneficiarão com a medida, se ela for aprovada, serão os conselheiros, que estão no topo da carreira, que passarão a receber 6630 euros brutos, contra os 6130 que auferem actualmente.

Os juízes dos cinco tribunais da Relação e dos dois tribunais centrais administrativos deverão ver subir o salário bruto em 340 euros, passando de 5780 para 6120 euros. Neste momento, os juízes estagiários recebem 2530 euros, um valor que, na primeira instância, pode chegar a 5600 euros. As contas são do PÚBLICO e foram feitas com base na diferença das remunerações brutas que os juízes recebem actualmente, dados disponibilizados pelo Conselho Superior da Magistratura, e o valor do índice que serve de referência aos salários dos magistrados judiciais, indicado pelo presidente da Associação Sindical de Juízes Portugueses (ASJP).

Tudo indica que as propostas do PS vão ser aprovadas no Parlamento, já que da ronda que o PÚBLICO fez aos vários grupos parlamentares só o BE apresentou reservas a que se acabe com o tecto que impede aos juízes de receberem mais do que o primeiro-ministro. O PSD não se compromete para já com uma posição, apesar de ontem o líder do PSD ter acusado o Governo de estar a promover desigualdades no descongelamento de carreiras na função pública para tentar "contentar todos por causa das eleições".

Rui Rio disse ter defendido sempre que o salário do Presidente da República e do chefe de Governo deve ser o limite máximo e que ninguém deve ganhar mais. O presidente da ASJP, Manuel Ramos Soares, ficou surpreendido com a posição de Rio, sublinhando que quando foi ouvido pelo grupo parlamentar do PSD este sempre se mostrou disponível para viabilizar um eventual acordo entre os juízes e o Governo.

O deputado social-democrata Carlos Peixoto, realçou que o PSD já tinha pedido acesso aos termos do acordo entre o Governo e a ASJP e que só anteontem, com a apresentação da proposta do PS, foi possível perceber exactamente qual era o seu conteúdo. "Ainda não temos uma posição definida. Vamos discutir a questão internamente."

O deputado do BE, José Manuel Pureza, explica porque não concorda com a proposta do PS. "Temos sempre defendido que o salário do primeiro-ministro deve ser o limite máximo na Administração Pública", justifica Pureza.

Posição diferente tem o PCP e o CDS, dois extremos, que neste ponto concordam. O comunista António Filipe defende que a criação do tecto salarial resultou de uma "medida avulsa do então primeiro-ministro Cavaco Silva" que provocou uma distorção na carreira dos juízes. O mesmo diz Vânia Dias da Silva, do CDS: "Os juízes com mais de 10 anos de serviço não têm praticamente nenhuma progressão salarial por causa deste tecto."

meoliveira@publico.pt